

As unidades de informações do Senado Federal: da informação legislativa à informação jurídica

Victor Hugo Vieira Moura¹

1 Introdução

A informação jurídica é comumente dividida em três tipos: doutrina, legislação e jurisprudência, sendo que entre esses três é na legislação que se pode verificar melhor a importância do Poder Legislativo, e em particular o papel desempenhado pelo Senado Federal. Para que uma norma legal federal seja sancionada ou promulgada é percorrido um longo caminho no Congresso Nacional, o que, em grande parte, é a razão do trabalho dos parlamentares. Para efeitos de aproximação terminológica, considera-se aqui informação jurídica

“toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar o pensamento de juristas, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais” (PASSOS, 1994)

Não se pretende, neste trabalho, aprofundar o entendimento sobre o processo legislativo, explicando os tipos e ritos de tramitação das proposições legislativas, o funcionamento das diversas comissões parlamentares ou a atuação de deputados e senadores. O que se busca aqui é apresentar a estrutura informacional do Senado Federal, do ponto de vista do bibliotecário; expor a forma como estão organizadas as informações e como recuperá-las. Quase toda a atividade do Senado resulta em normas jurídicas, mas quais são os caminhos percorridos até a publicação das leis, das emendas constitucionais, etc? Quais são as fontes de informação (relacionadas à doutrina e à legislação) que podem ser encontradas na página do Senado na Internet?

O Senado Federal, nos últimos anos, tem buscado se aproximar cada vez mais da população brasileira. O desenvolvimento das novas tecnologias de informação permitiu que o Senado criasse mecanismos de interação com a sociedade de modo a tornar mais transparentes as atividades desempenhadas pelos parlamentares e, por outro lado, conhecer com maior profundidade os anseios e as necessidades do povo brasileiro. Hoje em dia, qualquer cidadão brasileiro pode acompanhar o processo legislativo, seja por meio da Rádio Senado, da TV Senado, do Jornal do Senado ou da Internet. E este esforço do Senado na parte das novas tecnologias de informação vem desde a criação do Prodasen, em 1972. Neste ano, inicia-se o Sistema de Informação Legislativa, composto pelos subsistemas de Legislação (LEGI), Tramitação de Matérias (MATE), Referência Bibliográfica (BIB), Jurisprudência (JURI) e Orçamento (ORCA). O Senado Federal foi, portanto, pioneiro no controle das normas jurídicas e das proposições legislativas, missão que vem desempenhando até os dias de hoje.

O subsídio às necessidades de informação por parte do parlamentar reveste-se de um caráter essencial, uma vez que o senador, mesmo distante fisicamente de Brasília, precisa estar atualizado sobre as áreas de seu interesse. Os parlamentares deparam-se com uma ampla variedade de assuntos cada vez mais complexos, tais como biotecnologia, telecomunicações, meio ambiente e urbanização. Como nenhum

¹ Bibliotecário e mestre em Ciência da Informação. Trabalhou de 1999 a 2005 na Biblioteca do Senado Federal e, desde 2005, desenvolve atividades junto ao Serviço de Apoio Técnico da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

profissional pode ser especialista em todas essas áreas, a necessidade de informações precisas, tempestivas, objetivas e imparciais é vital para que os parlamentares possam elaborar propostas legislativas.

A informação legislativa pode, portanto, ser entendida como toda informação relacionada às proposições legislativas em tramitação no Congresso Nacional, nas Assembleias Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais. Além disso, ela abrange também os pronunciamentos parlamentares e os debates ocorridos nos plenários das casas legislativas e das comissões.

Enquanto a Câmara dos Deputados é a casa legislativa que representa o povo brasileiro, o Senado Federal reveste-se da função de representante dos Estados e do Distrito Federal e entre as suas atribuições constitucionais estão:

- Processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;
- Processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
- Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:
 - a) magistrados, nos casos estabelecidos na Constituição;
 - b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
 - c) Governador de Território;
 - d) presidente e diretores do Banco Central;
 - e) Procurador-Geral da República;
 - f) titulares de outros cargos que a lei determinar;
- Aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente e
- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

Durante o ano de 2005, foram apresentados 421 projetos de lei e 91 Projetos de Resolução no Senado Federal. O ano de 2005 foi marcado pelas crises políticas resultantes dos escândalos do “Mensalão” e dos Correios. A produção legislativa pode ser considerada baixa em 2005, tendo em vista que as comissões permanentes do Senado se esvaziaram e todas as atenções dos parlamentares se voltaram para as três comissões parlamentares de inquérito criadas em 2005: CPI dos Bingos, do “Mensalão” e dos Correios. Entre as matérias aprovadas, pode-se destacar a Medida Provisória 255 (MP do Bem), a Lei nº. 11.092/05 (Lei de Biossegurança), a Emenda Constitucional nº. 45 (PEC paralela da Reforma da Previdência) e a Lei nº. 11.107/05 (Lei dos Consórcios).

2 As unidades de informação do Senado Federal

Este trabalho se propõe a mapear as unidades de informação do Senado Federal, sob a ótica de quatro aspectos principais:

- a) órgãos institucionais (Biblioteca, Consultorias Legislativa e de Orçamento, Secretaria-Geral da Mesa, Arquivo e Prodasen);
- b) publicações editadas pelo Senado (Revista de Informação Legislativa, Revista Senatus, Bibliografia Brasileira de Direito, Diário do Senado, Relatório da Presidência, Textos para Discussão, obras do Conselho Editorial e demais publicações);
- c) Notícias (Agência Senado, Jornal do Senado, Rádio Senado, TV Senado e Senado na Mídia);
- d) Bases de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional – SICON (bibliotecas, discursos, legislação federal, matérias em tramitação e Recortes de jornais)

Além dessa tipologia, outras fontes de informação do Senado que podem se revestir de importância para o pesquisador são as páginas na Internet das comissões e dos senadores.

2.1 Os órgãos institucionais

Os órgãos responsáveis pelo planejamento, implementação e coordenação das atividades relacionadas à informação e à documentação do Senado Federal não estão administrativamente próximos uns dos outros. Diferentemente do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, que mantém sob sua responsabilidade as coordenações de Biblioteca, Arquivo, Estudos Legislativos, Publicações e Preservação de Bens Culturais, o Senado mantém as seguintes unidades administrativas ligadas diretamente a este estudo:

- Secretaria de Biblioteca
- Secretaria de Arquivo
- Subsecretaria de Informações
- Consultoria Legislativa
 - Serviço de Apoio Técnico
- Consultoria de Orçamentos
- Secretaria-Geral da Mesa
 - Subsecretaria de Ata
- Secretaria Especial de Comunicação Social
- Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP
- Secretaria Especial de Informática – Prodasen

2.1.1 Secretaria de Biblioteca

A Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal (<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/>), é o órgão responsável por fornecer suporte informacional aos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Senado Federal; planejar, coordenar e controlar as atividades de informação vinculadas ao acervo e gerenciar a Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional – RVBI.

A Biblioteca dispõe de um acervo de aproximadamente 170.000 livros, 11.000 obras de referência (dicionários, enciclopédias, etc.) e 3.800 títulos de periódicos (revistas e

jornais). Dispõe, ainda, de mapas, microformas, audiovisuais, recortes de jornais nacionais, CD-ROM e outros materiais. O acervo é especializado em Ciências Sociais, com destaque para Direito (60% do acervo) e Ciência Política. Conta, também, com publicações nas diversas áreas do conhecimento.

Entre os produtos que estão sob a responsabilidade da Biblioteca, destaca-se a Bibliografia Brasileira de Direito – BBD. A BBD, inicialmente, incluía apenas referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos. A partir de 1994, passou a incluir artigos de jornais do Caderno Direito e Justiça do Correio Braziliense de autoria de renomados juristas brasileiros.

A pesquisa nas bases de dados da Biblioteca pode ser feita no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca/pesquisa.asp>. O software utilizado para o gerenciamento das bases de dados bibliográficos é o Aleph, que integra os módulos de aquisição, processamento, pesquisa e empréstimo/devolução.

2.1.2 Secretaria de Arquivo

Cabe à Secretaria Arquivo planejar, coordenar, supervisionar, controlar e orientar as atividades de produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos, nas fases corrente e intermediária, do Senado Federal e do Congresso Nacional, bem como recolher os documentos de fase permanente; dar acesso, preservar e divulgar o acervo arquivístico custodiado; exercer a função de órgão central do Sistema de Arquivo e Controle de Documentos do Senado Federal e do Congresso Nacional - SIARQ-SF.

No acervo do Arquivo podem ser encontrados documentos a partir de 1826. A maioria das obras é constituída de documentação das CPI e CPMI, de pronunciamentos e de processos legislativos, julgados de valor permanente, manuscritos do Império, documentos do início da República, Anais e Diários do Senado e do Congresso Nacional. O acesso para consulta é livre, salvo nos casos de documentos classificados como confidenciais. Nesse caso, só podem ser acessados por solicitação de algum senador, do próprio Presidente do Senado Federal ou do Primeiro-Secretário. A documentação das CPIs de Collor, de PC Farias, do Orçamento e outras de teor semelhante, só podem ser acessadas mediante ordem judicial.

Na página do Senado na Internet, o Arquivo é responsável ainda pela alimentação dos dados dos senadores de períodos históricos: Império (1826-1889) e República (1890-1937). Esta base de dados possui mais de 1.500 biografias de senadores.

2.1.3 Subsecretaria de Informações

A Subsecretaria de Informações está subordinada à Secretaria de Informação e Documentação e tem como função primordial a alimentação das bases de dados inseridas no SICON no que se refere à legislação, jurisprudência, discursos dos senadores e autoridades e vocabulário controlado “THES”.

A Subsecretaria de Informações não está envolvida, portanto, com a alimentação das bases de dados relacionadas à tramitação de matérias. Todo o acompanhamento das proposições legislativas (Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição, Requerimentos, etc.) é feito pela Secretaria-Geral da Mesa, por meio da Subsecretaria de Ata, como será analisado posteriormente.

2.1.4 Consultoria Legislativa

No escopo das atividades desenvolvidas pelos senadores, a Consultoria desempenha um papel extremamente importante, sendo o órgão de assessoramento superior de parlamentares e comissões. Regimentalmente, compete à Consultoria Legislativa a prestação de consultoria e assessoramento à Mesa, às Comissões e aos senadores no desempenho, no âmbito do Congresso Nacional, no exercício de suas funções legislativas, parlamentar e fiscalizadora, consistindo na elaboração e divulgação de estudos técnicos opinativos sobre matérias de interesse institucional e administrativo do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação, por solicitação dos senadores, de minutas de proposições, de pronunciamentos e relatórios, bem como na prestação de esclarecimentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal. A Consultoria Legislativa é formada por profissionais de elevada qualificação técnica e divide-se em 32 áreas de especialização.

Esta função de assessoramento realizada pelos consultores reveste-se de caráter reservado e tem como destino final o solicitante. Além disso, a Consultoria publica também estudos, notas técnicas e pesquisas, de caráter técnico-científico, assinados pelos consultores. A produção desses documentos pode ser acessada na página da Consultoria Legislativa na Internet (<http://www.senado.gov.br/web/conleg>). Neste endereço, estão disponíveis artigos, a série Textos para Discussão, manual de elaboração de textos e manual de técnica legislativa.

Na estrutura da Consultoria Legislativa, o Serviço de Apoio Técnico - SEATCN é o órgão responsável pelo fornecimento de informações que subsidiam o trabalho dos consultores. E para o pleno desenvolvimento de suas atribuições o SEATCN não pode consultar apenas o acervo existente nas diversas áreas e bases de dados do Senado Federal; é necessário extrapolar, na maioria das vezes, para bases de dados estrangeiras, acervos de outras bibliotecas, documentos tornados disponíveis nas páginas da Internet de órgãos governamentais, de organismos internacionais e de organizações não-governamentais. O foco do bibliotecário passa do acervo local para o acesso à informação, onde quer que ela esteja localizada e em qualquer formato.

2.1.5 Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle - CONORF

A Consultoria de Orçamento, Fiscalização e Controle tem atribuições próximas àquelas da Consultoria Legislativa, sendo a unidade responsável pela prestação de consultoria e assessoramento técnico na área de planos, orçamentos públicos e fiscalização, à Mesa, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e às demais Comissões e aos Senadores no desempenho das suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional. Esta atividade consiste na elaboração de estudos técnicos sobre matérias de interesse institucional do Senado Federal e do Congresso Nacional, na preparação de proposições, relatórios e documentos técnicos atinentes ao exercício das funções constitucionais do Senado Federal e Congresso Nacional.

Outra atribuição da CONORF é a alimentação dos dados no Portal do Orçamento da União (<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento/siga/siga.asp>), parte da página do Senado na Internet relacionada ao orçamento público. Recentemente, foi lançado o SIGA BRASIL, sistema de informações que permite a qualquer indivíduo, por meio da Internet, acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos federais. O SIGA BRASIL reúne os dados do SIAFI e outras bases em um

único portal e oferece uma ferramenta simples para elaboração de consultas. O portal disponibiliza, ainda, várias consultas prontas, a fim de facilitar a disseminação de informações sobre o orçamento público. É possível acompanhar a execução orçamentária do orçamento atual e dos anos anteriores e consultar as emendas oferecidas pelos congressistas e bancadas parlamentares, entre outras funcionalidades. Em maio de 2006, a Polícia Federal deflagrou a operação “Sanguessuga” e prendeu dezenas de pessoas por envolvimento de superfaturamento de ambulâncias e venda de emendas parlamentares. Imediatamente, o portal SIGA BRASIL tornou disponíveis todas as emendas que alocaram recursos para ações passíveis de serem utilizadas para aquisição de unidades móveis de saúde (ambulâncias) no período de 2002 a 2006. Foram 1.435 emendas em 2002, 1.204 em 2003, 2.188 em 2004, 1.560 em 2005 e 1.737 em 2006, totalizando 8.124 emendas. Trata-se de mais uma medida voltada para a transparência e moralização do gasto público.

2.1.6 Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com AZEVEDO (2001, p. 64), “*a Secretaria-Geral da Mesa é responsável pelo andamento dos trabalhos legislativos no Senado Federal e no Congresso Nacional. É o pilar da Administração Legislativa*”. Cabe à Secretaria-Geral da Mesa prestar assessoramento direto e imediato à Mesa no desempenho de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais; secretariar as reuniões da Mesa, coordenar as atividades relacionadas à tramitação das proposições e ao provimento das informações pertinentes à tramitação das matérias legislativas.

Excetuando-se a parte de pronunciamentos, todo o restante do conteúdo da página do Senado Federal na Internet que se relaciona com a atividade legislativa (<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/>) é alimentado pela Secretaria-Geral da Mesa. Informações sobre a ordem do dia das sessões, atividades das comissões, matérias em tramitação, reuniões e decisões dos conselhos do Senado e Relatório da Presidência, tudo isso está disponível a qualquer cidadão brasileiro, por meio deste portal de informações.

Dentro da estrutura da Secretaria-Geral da Mesa está a Subsecretaria de Ata, que é, ainda segundo AZEVEDO (2001, p. 64),

“responsável pela publicação das matérias em avulsos e pela edição do Diário do Senado Federal. Todos os órgãos da estrutura legislativa alimentam o Sistema Mate com informações, que são processadas pelo Prodasen. Porém, cabe à Subsecretaria de Ata a responsabilidade de registrar as ações legislativas ocorridas em Plenário, o que a torna o órgão principal na alimentação das informações legislativas, tanto por meio eletrônico, como por meio impresso.”

2.1.7 Secretaria Especial de Comunicação Social

Embora as atividades da Secretaria Especial de Comunicação Social não estejam diretamente relacionadas à atividade legislativa, é inegável a sua importância no desempenho dos parlamentares, o que afeta, portanto, o processo legislativo. Entre suas competências e atribuições, destacam-se: formular, coordenar e supervisionar a execução de programas concernentes à política de comunicação social do Senado; controlar, orientar e dirigir a execução de tarefas relativas à divulgação das atividades do Senado, mediante os diversos meios de comunicação; e atender a toda atividade senatorial que promova a instituição e o Poder Legislativo.

No amplo sistema de comunicação do Senado Federal, encontram-se a TV Senado, a Rádio Senado, o Jornal do Senado, a Agência Senado, o Alô Senado (0800-612211) e Relações Públicas. Todos esses veículos de comunicação têm por objetivo aproximar o Senado da população brasileira, divulgando todas as atividades ali desempenhadas e oferecendo novas formas de interação sociedade-parlamento.

Todo o conteúdo da parte de notícias do portal do Senado Federal (<http://www.senado.gov.br/sf/noticia/noticia.asp>) é gerado pela Secretaria Especial de Comunicação Social e seus órgãos subordinados.

2.1.8. Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP

A Secretaria Especial de Editoração e Publicações tem por finalidade principal a produção de publicações oficiais referentes ao Processo Legislativo. Realiza também outras publicações de interesse do Senado Federal e do Congresso Nacional, pertinentes aos trabalhos legislativos, além das obras editoradas pelo Conselho Editorial e pela Subsecretaria de Edições Técnicas, órgãos do Senado Federal.

A SEEP é o órgão responsável pela impressão e elaboração da versão eletrônica dos seguintes documentos: Diário do Senado Federal, Diário da Câmara dos Deputados, Diário do Congresso Nacional, Jornal do Senado, Bibliografia Brasileira de Direito, Ordem do Dia e Avulsos, Anais do Senado Federal, Anais da Câmara dos Deputados, Anais do Congresso Nacional, Relatório da Presidência, Revista de Informação Legislativa, Revista Senatus, Constituição da República Federativa do Brasil, Publicações Técnicas (Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente, Código Civil, etc.), obras do Conselho Editorial (obras de grande relevância sobre a história do Brasil, nossa diplomacia, ciências jurídicas, obras no campo da sociologia e etnologia, relatos de viajantes estrangeiros) e obras diversas de relevante interesse para os trabalhos legislativos do Senado Federal.

2.1.9 Secretaria Especial de Informática – Prodasen

Elemento vital para o bom funcionamento do Senado, o Prodasen encontra-se presente em praticamente todos os setores do Senado, desenvolvendo programas e soluções para os mais variados fins. Produtos como o SICON, BNOT - Banco de Notícias, SIGA BRASIL, Ordem do Dia Eletrônica, Gabflow, além da própria página do Senado na Internet permitem vislumbrar apenas uma pequena parte da competência e importância desta instituição, que extrapolou as fronteiras do Senado e se transformou em referência nacional em sistemas de informática.

2.2 Publicações editadas pelo Senado Federal

Como já foi descrito no item 2.1.8, o Senado Federal, por meio da Subsecretaria de Editoração e Publicações, torna disponível a uma ampla gama de usuários obras de elevado conteúdo informacional, possibilitando o desenvolvimento da sociedade brasileira como um todo e da plena cidadania. Passa-se, neste instante, a analisar com maior profundidade essas publicações.

2.2.1 Revista de Informação Legislativa -RIL

Publicação trimestral, a RIL é publicada desde 1964 e cobre assuntos da área do direito e ciências afins, que sejam de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou de cunho histórico que se relacionem com o Poder Legislativo.

Segundo as palavras do senador Auro Moura Andrade, presidente do Senado à época do lançamento da revista, a RIL *“pretende ser útil tanto ao estudo dos problemas em exame nessa Casa do Congresso – através de trabalhos doutrinários e de pesquisa – como à divulgação, lá fora, do aqui dentro se fizer, no trato dessas matérias”* (ANDRADE, 1964). Durante o ano de 1967, foram lançados apenas dois números da revista, correspondes aos 1º e 2º semestres.

Números especiais temáticos são publicados também, como a edição dedicada à “Reforma Política”, no volume 41, número 161, jan./mar. 2004. Este fascículo contou com a colaboração da Consultoria Legislativa. O volume 21, número 81, jan./mar. 1984, em suplemento, tratou especificamente da “Integração na América Latina”.

O último índice da RIL foi publicado em 1994 e cobre os artigos de janeiro de 1964 a dezembro de 1988. Por meio do índice, é possível recuperar autores, assuntos e artigos já publicados.

A partir do volume 34, número 133 (janeiro a março de 1997) é possível consultar todos os artigos da revista na Internet, no endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/ril/principal.htm>.

2.2.2 Revista Senatus

SENATUS é uma publicação da Secretaria de Informação e Documentação e tem por objetivo divulgar trabalhos na área de ciências sociais em geral, com ênfase para os campos da informática, biblioteconomia, museologia, arquivologia e matérias relacionadas aos trabalhos legislativos.

Diferentemente da Revista de Informação Legislativa que traz apenas artigos, a Senatus se propõe também a apresentar resenhas de livros, entrevistas, eventos ocorridos no Senado, documentos oficiais e tem um aspecto gráfico mais arrojado, aliando imagens, telas e cores com textos científicos.

A revista Senatus teve seu primeiro número lançado em dezembro de 2001 e ainda não possui uma periodicidade regular. Até o momento, foram lançadas três edições da revista: em dezembro de 2001, em dezembro de 2002 e em abril de 2004. A tiragem começou com mil exemplares, mas já a partir do segundo número subiu para 5.000 exemplares distribuídos. Além disso, o texto completo (em formato PDF) pode ser acessado no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/revistaSENATUS/>.

2.2.3 Bibliografia Brasileira de Direito – BBD

A Bibliografia Brasileira de Direito - BBD, foi publicada desde 1967 pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict e, em 1986 passou a ser de responsabilidade da Biblioteca do Senado Federal. Atualmente, a BBD é lançada em edição cumulativa em CD-ROM. Inclui referências bibliográficas de livros, capítulos de livros e artigos de periódicos, sobre Direito brasileiro ou estrangeiro, publicados no

Brasil, em português ou em outro idioma, e, a partir de 1994, artigos de jornais publicados no Caderno Direito e Justiça, do jornal Correio Braziliense.

Os principais usuários da BBD são alunos de graduação e pós-graduação, professores, advogados, magistrados e pesquisadores da área de Direito. A indexação é feita de acordo com o Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal (VCBS), que é atualizado constantemente. As referências bibliográficas são apresentadas segundo grupos de assuntos e, dentro de cada grupo, em ordem alfabética autor-título.

A consulta à Bibliografia Brasileira de Direito pode ser feita também no endereço <http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/bbd>

2.2.4 Diário do Senado Federal -DSF

O Diário do Senado Oficial é a publicação oficial desta casa legislativa e existe desde a época do império, tendo passado por diversas nomenclaturas e sendo publicado ora como parte do Diário Oficial, ora como parte do Diário do Congresso Nacional. Só em 2 de outubro de 1995, por meio de um Ato dos presidentes das Mesas das duas casas do Congresso Nacional é que se altera a denominação “Diário do Congresso Nacional, Seções I e II”. A partir de 03 de outubro de 1995, os diários do poder legislativo começam a circular separados e com as denominações atuais: “Diário do Senado Federal”, “Diário da Câmara dos Deputados” e “Diário do Congresso Nacional”.

O Diário do Senado Federal é o veículo de registro das sessões plenárias, trabalhos das comissões técnicas e das matérias legislativas apresentadas ou em tramitação (projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, projetos de resolução, atos da Mesa Diretora e outros).

A responsabilidade pela publicação do Diário do Senado Federal é da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, que colhe as matérias em plenário e as organiza para publicação. As reuniões das Comissões Permanentes e Temporárias, assim como suas respectivas atas e notas taquigráficas também são publicadas no Diário do Senado. A Diretoria-Geral do Senado insere no DSF os atos administrativos da Casa. A impressão dos Diários é feita pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP.

Importante ressaltar que para obter a Ata de uma Sessão, deve-se acessar o Diário do Senado Federal do dia seguinte à sua realização. Desde a sessão deliberativa ordinária de 25 de junho de 1997, as edições eletrônicas do Diário do Senado Federal encontram-se na íntegra, acessando-se o endereço <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/diario/> .

2.2.5 Anais do Senado Federal

Os Anais do Senado reúnem a coletânea dos discursos, debates, tramitações e demais documentos envolvidos na dinâmica do Processo Legislativo, agrupando o registro oficial de todas as sessões realizadas no decorrer do ano, nos plenários do Senado Federal e do Congresso Nacional. Agregam o completo teor das atas das reuniões plenárias, contendo as mensagens do Presidente da República, os pareceres, os projetos de lei, os projetos de decreto legislativo, os projetos de resolução, os diversos, as indicações, os requerimentos, os discursos dos parlamentares, as discussões e votações de matérias.

A responsabilidade pela edição dos Anais é da Subsecretaria de Anais, subordinada administrativamente à Subsecretaria de Editoração e Publicações. No seu acervo encontram-se os volumes que vão de 1823 até os dias atuais. Entretanto, estão ausentes os seguintes anos: 1842, 1849, 1863, 1872, 1876, 1878, 1889, 1918, 1919, 1920, 1927, 1928, 1929, 1930, 1931, 1932, 1933, 1934, 1936, 1937, 1938, 1939, 1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1949, 1950, 1951, 1952, 1955, 1963, 1964 e 1966.

Na página dos Anais do Senado na Internet, o pesquisador pode navegar sobre as seguintes obras: Anais do Senado Federal e Assembleias Constituintes de 1823, 1890, 1946. 1967 e 1987/88. Pode pesquisar, ainda, por período: Império – 1823 a 1889 e República – 1890 a 1998. O endereço é <http://www.senado.gov.br/sf/Publicacoes/Anais>.

2.2.6 Relatório da Presidência

O Relatório da Presidência existe desde 1830 e reúne informações sobre todas as atividades legislativas da Casa no período. A partir dos relatórios da Presidência, é possível analisar como foi a produção legislativa anual. Arrola informações sobre:

- reuniões preparatórias para a eleição da Mesa Diretora do biênio;
- representação dos estados e do distrito Federal (senadores por estados, alterações na representação, afastamentos de senadores, perdas de mandatos, renúncia e suplências);
- representações dos partidos e dos blocos parlamentares;
- lideranças;
- direção dos trabalhos (Mesa e Presidente do Senado Federal);
- sessões e reuniões plenárias (números de sessões deliberativas ordinárias, extraordinárias, não-deliberativas e especiais);
- participações dos senadores nos trabalhos da Casa (números de proposições apresentadas, pronunciamentos e questões de ordem);
- comissões permanentes (composições, reuniões realizadas);
- comissões temporárias (composições, reuniões realizadas);
- proposições (números de proposições, por tipos e com indicações de autoria, ementa e situação);
- demais informações (conselhos, grupos parlamentares, reuniões do Congresso Nacional, etc.).

A partir de 1999, as edições do Relatório da Presidência podem ser acessadas em sua versão eletrônica, no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/RelPresi/>.

2.2.7 Publicações técnicas

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal publica títulos de interesse do processo legislativo ou de relevado alcance social. Dentre as publicações podem ser destacadas:

- Constituição da República Federativa do Brasil permanentemente atualizada.
- Estatutos do Idoso, do Desarmamento, das Cidades, das Crianças e dos Adolescentes.
- Código Civil, de Proteção e Defesa do Consumidor, de Trânsito, Eleitoral etc.

Embora essas obras sejam comercializadas, a venda baseia-se em preços bastante próximos ao custo de produção industrial. Com isso o grande público tem acesso facilitado aos títulos, sendo atendido tanto em Brasília, como em feiras de livros com

participação do Senado Federal e também em todo o território nacional, utilizando postagem pelos Correios.

As obras “Constituição Federal da República Federativa do Brasil” , “Código de Proteção e Defesa do Consumidor”, “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, “Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública” e “Novo Código Civil” tem suas versões eletrônicas tornadas disponíveis no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/CatalogoDePublicacoes/Regra/PublicacoesPDF.asp>

2.2.8 Obras do Conselho Editorial

O Conselho Editorial do Senado Federal foi criado por ato da Mesa Diretora da Casa em 31 de janeiro de 1997. Edita obras de grande relevância sobre a história do Brasil, diplomacia, ciências jurídicas, obras no campo da sociologia e etnologia, relatos de viajantes estrangeiros. Assim, o Senado Federal coloca à disposição do mundo acadêmico, da comunidade científica e público interessado em geral livros já esgotados, a maioria de domínio público, e que não interessariam às editoras comerciais.

A divisão das obras é feita pelas seguintes coleções:

- Biblioteca Básica Brasileira
- Edições do Senado Federal
- Brasil 500 anos
- Memória Brasileira
- O Brasil Visto por Estrangeiros
- História Constitucional Brasileira
- História do Direito Brasileiro

O número total de publicações editadas pelo Conselho Editorial é de 180 atualmente, sendo que 89 desses livros já se encontram disponíveis eletronicamente no endereço <http://www.senado.gov.br/web/cegraf/conselho/conselho.htm>.

2.2.9 Textos para Discussão

A Consultoria Legislativa do Senado Federal publica a coletânea "Textos para Discussão", série destinada a veicular trabalhos elaborados por seu corpo técnico sobre temas econômicos, sociais e jurídicos, relacionados a assuntos que estão tramitando no Senado ou que vão ser examinados pela Casa. Não há periodicidade definida para o lançamento dos números. Para cada título, existe uma edição impressa de 200 exemplares. As publicações podem ser acessadas também na página da Consultoria Legislativa na Internet (<http://www.senado.gov.br/conleg>), ou diretamente no endereço http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm.

2.2.10 Demais publicações editadas pelo Senado

Além das obras anteriormente descritas e que cobrem as áreas de destaque na atuação do Senado Federal, diversos outros títulos são publicados na SEEP, compondo o seu catálogo de publicações. São obras de cunho jurídico, literário, político, histórico ou diverso que podem ser adquiridas por preços bem abaixo do mercado livreiro. Tanto a pesquisa como a aquisição desses títulos podem ser feitas no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/CatalogoDePublicacoes/regra/busca.asp> .

2.3 Notícias

O serviço de comunicação do Senado Federal é considerado um dos mais modernos e eficientes dos parlamentos mundiais e busca, além de fazer a aproximação entre o Senado e a população, mostrar a todos os cidadãos o trabalho desenvolvido em plenário e nas comissões. Agindo desta forma, acredita-se estar colaborando para aumentar a transparência do Congresso Nacional, instituição vital para a consolidação da democracia e do desenvolvimento da cidadania plena.

A partir do começo da década de 90, o sistema de comunicação legislativa começa a ser remodelado no Senado, com o incentivo do então presidente, senador José Sarney. Atualmente, os principais órgãos que compõem a estrutura da Secretaria Especial de Comunicação Social são os descritos a partir desse momento.

2.3.1 Agência Senado

A Agência Senado foi instituída com a finalidade de administrar, redigir e promover a divulgação em tempo real, mediante redes informatizadas, de textos jornalísticos sobre as atividades do Senado, informando o andamento dos trabalhos do Plenário e demais órgãos do Senado; transmitir o noticiário para as principais agências de notícias do país; e fornecer o material de divulgação aos jornalistas credenciados na Casa.

A Agência Senado cobre as atividades principais do Senado, como votações, discursos, reuniões das comissões, audiências e sessões deliberativas. Além disso, cobre também eventos que ocorrem nas dependências do Senado, como congressos, exposições e lançamentos de livros. Existe a preocupação de manter as páginas da Agência e do Senado na Internet constantemente atualizadas, com matérias tornadas disponíveis no mais breve intervalo possível do acontecimento do fato.

Na página da Agência na Internet - <http://www.senado.gov.br/agencia/> é possível consultar, ainda, a agenda com a previsão das atividades e matérias constantes da pauta do Senado para a semana em curso, informando o que de mais importante acontecerá nas comissões e quais as principais matérias a serem apreciadas em plenário.

Todas as notícias veiculadas pela Agência Senado são passíveis de recuperação a partir da data de 15 de setembro de 1998. A pesquisa é feita segundo os seguintes parâmetros: palavras ocorridas no texto, data, parlamentar ou editoria. Não há, portanto, uma indexação das matérias e o uso de vocabulários controlados.

Em 11 de maio de 2006, foi lançada a Agência Senado Internacional (<http://www.senado.gov.br/agencia/internacional>), página eletrônica com noticiário em língua estrangeira com reportagens veiculadas em inglês e em espanhol.

2.3.2 Jornal do Senado

O Jornal do Senado é o meio de comunicação impressa do Senado Federal, tendo sido o segundo veículo a ser criado, em maio de 1995, na reformulação da Comunicação Social do Senado Brasileiro, já como fruto dos primeiros trabalhos da Agência Senado. O objetivo é divulgar as atividades legislativas ocorridas no Senado Federal.

Inicialmente era feito em tamanho A4 e tinha uma tiragem inicial de 1.500 exemplares, numa fase experimental, logo foi elevada para três mil e em seguida, cinco mil e dez mil

exemplares. Em dois anos, a tiragem chegou a 45 mil, sendo os jornais distribuídos para um público bem diversificado. Evoluiu-se para o tamanho tablóide.

Ganhou impressão em cores e, em 2004, uma edição semanal às segundas-feiras que traz, além de um resumo dos fatos da semana, uma seção com dicas de como o cidadão pode exercer os seus direitos. Atualmente, 55 mil exemplares chegam a todos os cantos do Brasil. Qualquer cidadão ou entidade pública ou privada pode receber o Jornal do Senado no endereço indicado, bastando fazer um pedido de assinatura gratuita na página oficial do jornal. Há duas versões do periódico, a impressa e a eletrônica. O jornal impresso tem uma edição diária, distribuída exclusivamente aos assinantes do Distrito Federal e entorno, e outra semanal, que circula às segundas-feiras e tem distribuição nacional.

Todo o conteúdo das edições impressas a partir de 04 de maio de 1995 pode ser acessado eletronicamente no endereço <http://www.senado.gov.br/jornal>. A pesquisa no conteúdo das edições recupera artigos publicados a partir de 02 de outubro de 2001 e, assim como a Agência Senado, não utiliza nenhum tipo de controle de vocabulário. Os campos para pesquisa são palavras ocorridas no texto, parlamentar e data/período.

2.3.3 Rádio Senado

A Secretaria de Rádio Senado foi criada em 29 de janeiro de 1997 com o objetivo prioritário de transmitir o áudio das reuniões das comissões e das sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional e divulgar as demais atividades do Senado, incluindo as ações de sua Presidência e dos senadores.

Em Frequência Modulada (FM) a transmissão é feita em 91,7 MHz, para todo o Distrito Federal e os municípios de seu entorno, tendo como conteúdo informação, música brasileira e serviços. No ar 24 horas por dia, inclusive nos finais de semana, a programação da emissora inclui especiais de cultura e jornalismo.

A programação da Rádio Senado Ondas Curtas (OC) é especialmente dirigida para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. A linguagem é diferenciada, num formato didático e popular, com o objetivo de uma comunicação mais eficaz com o público alvo. A meta é mostrar ao ouvinte como as decisões tomadas no Senado podem influenciar o seu dia-a-dia. As reuniões de comissões e as Sessões Plenárias são transmitidas ao vivo e na íntegra, simultaneamente com a Rádio Senado FM.

O acesso à Rádio Senado pode ser feito, ainda, pela Internet no endereço <http://www.senado.gov.br/radio/>, por antena parabólica comum, por Sistema RadioSat Digital ou via Satélite.

A pesquisa às notícias sobre o Senado Federal ou sobre os senadores pode ser feita no endereço eletrônico <http://www.someletras.com.br/senado/>. A pesquisa cobre matérias desde 14 de julho de 2003 e abrange o áudio das notícias veiculadas nos principais canais de rádio do Brasil, como CBN, Rádio Bandeirantes, Rádio Globo e Jovem Pan, em 19 estados da Federação e mais o Distrito Federal.

2.3.4 TV Senado

A Secretaria de TV Senado é o órgão responsável por administrar e promover a realização das transmissões de teledifusão ao vivo ou produzir gravações em vídeo,

especialmente das atividades do Plenário, das comissões permanentes e temporárias, além da cobertura diária do Gabinete do Presidente e do Primeiro-Secretário, para exibição pelo canal reservado da TV Senado, criada em 05 de fevereiro de 1996; bem como pelo sistema interno e para distribuição às emissoras de televisão.

Atualmente, o sinal da TV Senado cobre todo o país levado pelas emissoras de TV a cabo, por antenas parabólicas de tipo analógico e digital e, posteriormente, em sinal aberto de UHF. As transmissões simultâneas alcançam, pelo menos, as 8 milhões de antenas parabólicas instaladas no país e os mais de três milhões de televisores com TV por assinatura.

A TV Senado faz a cobertura de todas as Sessões Plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional, bem como das reuniões das comissões permanentes e temporárias. As Sessões Plenárias têm prioridade de exibição sobre qualquer outro programa na TV Senado. São apresentadas ao vivo e rerepresentadas às 21h30 do mesmo dia, salvo nos dias em que ocorrem sessões conjuntas do Congresso ou reuniões de comissões que se prolonguem pelo período da noite.

O acesso à Rádio Senado pode ser feito pela Internet no endereço <http://www.senado.gov.br/tv/>, por antena parabólica comum, TV por Assinatura, TV a Cabo ou em UHF.

Em 2006, a TV Senado dá início ao projeto “Rede Senado de Televisão”, em sinal aberto. O Ministério das Comunicações já garantiu 10 canais retransmissores abertos em Salvador, Recife, Fortaleza e Manaus, além de Rio de Janeiro, Belém, Natal, Maceió, Cuiabá e Boa Vista. Em Brasília, a TV Senado já opera em sinal aberto em UHF.

Não é possível consultar o acervo da TV Senado por meio da Internet. No arquivo da TV Senado, são preservadas todas as sessões plenárias e reuniões das Comissões transmitidas pela TV Senado, programas de entrevistas, programas educativos, institucionais e especiais produzidos e veiculados pela TV Senado. Este acervo está disponível para consulta de qualquer cidadão que procure informações sobre a história legislativa contemporânea, produzida no Senado Federal e abrange:

- coleção das sessões plenárias ocorridas a partir de agosto de 1998;
- coleção das reuniões das comissões permanentes e temporárias, transmitidas pela TV Senado, a partir de agosto de 1998;
- edições do Jornal do Senado a partir de 1999;
- programas de estúdio que fizeram ou fazem parte da programação desde agosto de 1998;
- programas educativos e culturais que compõem o Catálogo da TV Senado.

2.3.5 Senado na Mídia

Senado na Mídia é um serviço oferecido pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal e se propõe a tornar disponível a todos os cidadãos o acesso a um *clipping* com as notícias sobre os senadores e também do Senado, divulgadas pelo Jornal do Senado, pelos maiores jornais do país, pelas principais revistas de circulação semanal e pelas agências de notícias.

Atualmente, são analisados os seguintes periódicos: A Gazeta (Acre), A Tarde, Agência Brasil, Agência JB, Carta Capital, Correio Braziliense, Correio da Bahia, Correio do Estado, Diário Catarinense, Diário da Borborema, Diário da Manhã, Diário de Cuiabá, Diário de Pernambuco, Diário do Nordeste, Estado de Minas, Exame, Folha da Manhã, Folha de S.Paulo, FolhaNews, Gazeta de Alagoas, Gazeta do Povo, Gazeta Mercantil, Gazeta Top Cuiabá, Hoje em Dia, Jornal da Paraíba, Jornal da Tarde, Jornal de Brasília, Jornal de Santa Catarina, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, Meio Norte, O Dia, O Dia Online, O Estado de S.Paulo, O Globo, O Liberal, O Popular, O Tempo, Primeira Leitura, Reuters News, Revista Época, Revista IstoÉ, Revista Veja, Tribuna da Bahia, Tribuna da Imprensa, Tribuna do Povo, Valor Econômico, Valor InvestNews e Zero Hora.

O acesso ao Senado na Mídia é realizado digitando-se o endereço eletrônico <http://www.senado.gov.br/sf/noticia/senamidia/> . A pesquisa na base de dados pode ser retrospectiva até 01 de dezembro de 1999, sendo os campos de pesquisa: palavras que ocorrem no texto, data ou período. Existe, ainda, a possibilidade de se pesquisar por um senador específico, refinando a consulta por um jornal e/ou por data.

2.4 Bases de dados do Sistema de Informações do Congresso Nacional – SICON

O novo Sistema de Informações do Congresso Nacional –SICON é a versão atualizada de um dos primeiros sistemas desenvolvidos pelo Prodasen para atender a demanda por informações produzidas no âmbito do Congresso Nacional. Esta nova ferramenta de pesquisa permite a pesquisa simultânea em diversas bases de dados: Biblioteca, Discursos de Senadores, Legislação Federal, Matérias Legislativas e Recortes de Jornais. O principal diferencial é que este novo sistema permite uma maior facilidade na interação com o usuário, que pode passar de uma base para outra sem grandes dificuldades, ou realizar pesquisas simultâneas em várias bases. Além disso, permite a visualização da “Árvore de Informações”, que consiste na relação discriminada do tipo e da quantidade de documentos encontrados em cada base.

Esta nova versão do Sicon foi totalmente desenvolvida no Prodasen, sem qualquer custo de licenciamento de software ou de aquisição de novos equipamentos. Da mesma forma, não foi necessária nenhuma consultoria externa. O desenvolvimento foi baseado em ferramentas gratuitas e de código aberto. A grande vantagem dos padrões abertos é a independência de fornecedores e plataformas. Desta forma, foi feita a opção pelo uso do XML (*eXtensible Markup Language*), tecnologia desenvolvida para o tratamento de informações estruturadas e semi-estruturadas no contexto *Web*. XML é, basicamente, uma linguagem para a descrição de dados e documentos estruturados que se configura como um novo padrão para o intercâmbio de dados e para a publicação de informações.

Paralelamente à adoção do XML, como linguagem de descrição de dados, foi escolhido o *Dublin Core* como mecanismo de padronização de metadados. O *Dublin Core*, padrão adotado mundialmente, pode ser usado para descrever qualquer tipo de recurso, incluindo várias coleções de documentos e de mídias não eletrônicas, como arquivo de museu ou de biblioteca. Esta ferramenta, contudo, não é eficiente para relacionar documentos, o que levou o Prodasen a adotar mais um recurso no desenvolvimento do novo Sicon, o *ISO Topic Maps*, que descreve estruturas de conhecimento e permite associá-las a distintos recursos de informação.

Resumindo a descrição das ferramentas anteriores, pode-se afirmar que no novo Sicon foi utilizada a tecnologia XML para a descrição dos documentos, o *Dublin Core* como

mecanismo para a interoperabilidade semântica entre diferentes tipos de informação e o *Topic Maps* como ferramenta que permite a navegação entre os diferentes tipos de documentos a partir de seus relacionamentos.

No novo Sicon, percebe-se a presença do *Topic Maps* no “Nautilus”, módulo que facilita a navegação entre documentos e possibilita o inter-relacionamento dos assuntos organizados em bases de dados distintas. Por meio do “Nautilus” é possível, por exemplo, ao visualizar determinada lei, verificar o projeto de lei que a originou e as obras da Biblioteca do Senado que a citam.

Para acessar o Sicon, basta digitar <http://www.senado.gov.br/sicon>. Existem quatro possibilidades diferentes de pesquisa:

- Básica
- Avançada
 - Padronizada
 - Tradicional

O resultado de pesquisa é formatado da mesma forma independente do tipo de pesquisa que seja escolhida.

A **Pesquisa Básica** é a forma mais simples de pesquisa pois não é necessária seleção de nenhum campo específico nem intervalo de datas. É geralmente utilizado quando se deseja fazer uma pesquisa de forma mais geral, ou seja, quando não possui muitos argumentos que possibilitem uma pesquisa mais direcionada. A **Pesquisa Avançada** permite a seleção dos campos Autor, Título e Assunto, possibilitando uma pesquisa mais específica, pois o argumento de pesquisa será restrito ao campo escolhido. Existe a possibilidade da seleção de todos os campos da base. A **Pesquisa Padronizada** permite a seleção de todos os campos da base de dados. A nomenclatura destes campos foi adaptada para que fosse possível uma identificação dos mesmos independente da base a ser pesquisada. A **Pesquisa Tradicional** permite a seleção de todos os campos da base de dados, porém é obrigatória a seleção de uma base de dados específica. Ela se distingue da pesquisa padronizada por que a nomenclatura dos campos obedece à utilizada tradicionalmente nas referidas base de dados.

Figura 1. Tela Principal do Sicon – Pesquisa Básica



Existem diversos operadores de pesquisas disponíveis que visam prover ao usuário do SICON maior facilidade e direcionamento visando o resultado de pesquisa desejado. Entre os principais operadores, destacam-se: AND, NOT, OR e %. Este último caractere indica que os demais caracteres digitados são apenas parte da(s) palavra(s) procurada(s). Desta forma, por exemplo, a pesquisa constitu% retornará todo texto que inicia com constitu (constituição, constituinte, etc.). Ao passo que uma pesquisa como %constitu% recupera todos os documentos que possuam constitu, independente de sua posição no texto (constituição, constituinte, inconstitucional, etc.).

Figura 2. Tela de Pesquisa Avançada – Padronizada

Copyright ©. Prodasen, Senado Federal - SICON Versão 1.2.1

Figura 3. Tela de Pesquisa Avançada – Tradicional

Copyright ©. Prodasen, Senado Federal - SICON Versão 1.2.1


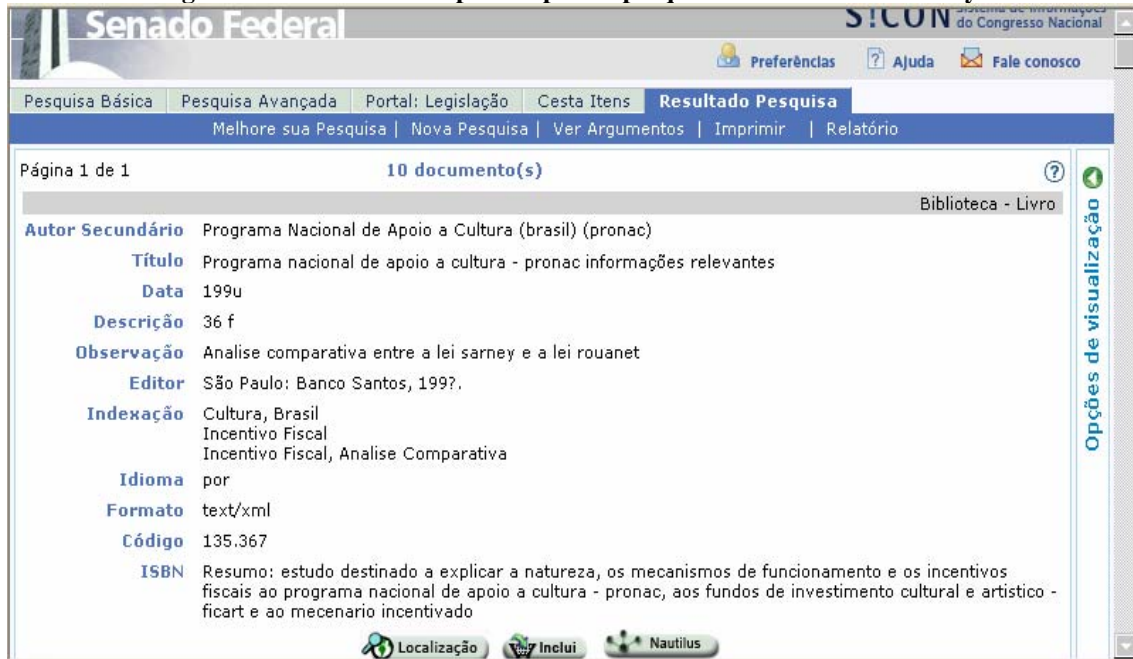
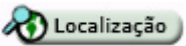

No ícone Preferências  , localizado no canto superior da tela e à direita, é possível definir as preferências individuais tais como bases, visualização e documentos por página.

Figura 4. Documento recuperado para a pesquisa “lei rouanet lei sarney”



Para uma pesquisa com os termos “lei rouanet lei sarney”, por exemplo, verifica-se que o sistema que encontrou 10 documentos. A figura 4 ilustra como é a tela do resultado de pesquisas. Percebe-se que se trata de um livro da base de dados Biblioteca.

Selecionando-se o ícone  , é possível obter maiores informações sobre a obra: quais bibliotecas da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI – possuem a obra, o número de chamada e se a obra encontra-se disponível para empréstimo.

Ao escolher o ícone  , o registro selecionado é incluído na “Cesta de Itens”, facilitando a impressão ou visualização de documentos considerados relevantes.


O objetivo do ícone  é possibilitar a navegação para outras bases de dados que também tratem do assunto. No caso específico do exemplo, o livro encontrado faz menção a duas leis: à Lei 7.505, de 02 de julho de 1986 e à Lei 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Na figura 5, pode-se claramente perceber estes relacionamentos.

Figura 5. Exemplificação do módulo “Nautilus”

The screenshot shows the 'Nautilus' interface with the following details:

- Autor Secundário:** Programa Nacional de Apoio a Cultura (brasil) (pronac)
- Código:** 135.367
- ISBN:** Resumo: estudo destinado a explicar a natureza, os mecanismos de funcionamento e os incentivos fiscais ao programa nacional de apoio a cultura - pronac, aos fundos de investimento cultural e artistico - ficart e ao MECENARIO INCENTIVADO
- Título:** Programa nacional de apoio a cultura - pronac informações relevantes
- Descrição:** 36 f
- Nota:** Análise comparativa entre a lei sarney e a lei rouanet

Below the details, there are buttons for 'Localização' and 'Inclui'. The page indicates 'Página 1 de 1' and '2 Referências'. Under 'Legislação Federal', it lists 'Norma Referenciada pela Biblioteca' with two entries:

- 23/12/1991 - [LEI 8313 de 23/12/1991 - LEI ORDINÁRIA](#)
RESTABELECE PRINCÍPIOS DA LEI 7.505, DE 02 DE JULHO DE 1986, INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE APOIO A CULTURA - PRONAC E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.
- 02/07/1986 - [LEI 7505 de 02/07/1986 - LEI ORDINÁRIA](#)
DISPÕE SOBRE BENEFÍCIOS FISCAIS NA AREA DO IMPOSTO DE RENDA CONCEDIDOS A OPERAÇÕES DE CARATER CULTURAL OU ARTISTICO.

Observe-se que o registro principal (neste caso, o livro) permanece acessível na parte superior da tela. Na parte inferior, o usuário tem a opção de consultar as normas referenciadas pelo livro. Ao selecionar a Lei 8313 de 23/12/1991, nova tela do Nautilus será aberta mostrando todos os relacionamentos possíveis para esta norma: normas que a alteram, regulamentam ou revogam; legislação correlata; normas que a citam; normas que foram geradas por ela; pronunciamentos de senadores e documentos referenciados pelas bibliotecas da RVBI.

À direita da tela de resultados da pesquisa (Figura 4), encontram-se as “Opções de Visualização”. Expandindo-se este botão, chega-se às informações descritas na Figura 6.

Figura 6. Opções de visualização

The screenshot shows the 'Senado Federal S!CON' interface. The search results section displays the same book details as in Figure 5. On the right side, the 'Opções de visualização' panel is expanded, showing the following options:

- Árvore de Totais:**
 - Bibliotecas da Rede RVBI (7)
 - Matérias com tramitação no Senado (3)
- Seleção de Campos:**
 - Formato completo
 - Formato reduzido
 - Personalizado
- Ordenação:**
 - Sem ordenação
 - Ordenar por:

A 'Visualizar' button is located at the bottom of the options panel.

Árvore de totais – A árvore de totais mostra o total de documentos encontrados, distribuídos pelas bases às quais eles pertencem. É possível selecionar quais bases de dados se deseja visualizar.

Seleção de Campos - A seleção de campos possibilita determinar dentre os campos que compõem um documento quais serão apresentados na tela. Existem três formatos de seleção de documentos:

- **Formato Completo** – Apresenta, no resultado da pesquisa, todos os campos que compõem um documento.
- **Formato Reduzido** – Apresenta, no resultado da pesquisa, somente os campos Autor, Título e Data.
- **Formato personalizado** - Apresenta, no resultado de pesquisa, os campos escolhidos pelo usuário. A escolha feita na “seleção de campos” influenciará não só na forma como o resultado é apresentado na tela, mas também como será impresso nos caso de se utilizar às opções do menu “Relatório” ou “Imprimir”.

Ordenação – É possível a ordenação dos documentos por data, título e Autor. Para isso selecione em ordenação a opção “ordenar por” e selecione o campo que deseja ordenar.

Ainda na tela do resultado de pesquisas, encontra-se o seguinte menu de informações:

Melhore sua Pesquisa | Nova Pesquisa | Ver Argumentos | Imprimir | Relatório

Melhore sua pesquisa – Permite ao usuário refazer sua pesquisa, preservando os argumentos da pesquisa original para que sejam alterados visando melhorar o resultado.

Nova Pesquisa – Retorna o usuário para a pesquisa original, possibilitando a execução de uma nova pesquisa.

Ver argumentos – Permite ao usuário visualizar os argumentos da pesquisa que originou aquele resultado.

Imprimir – Permite ao usuário imprimir o resultado de sua pesquisa. A impressão será somente da tela atual do navegador.

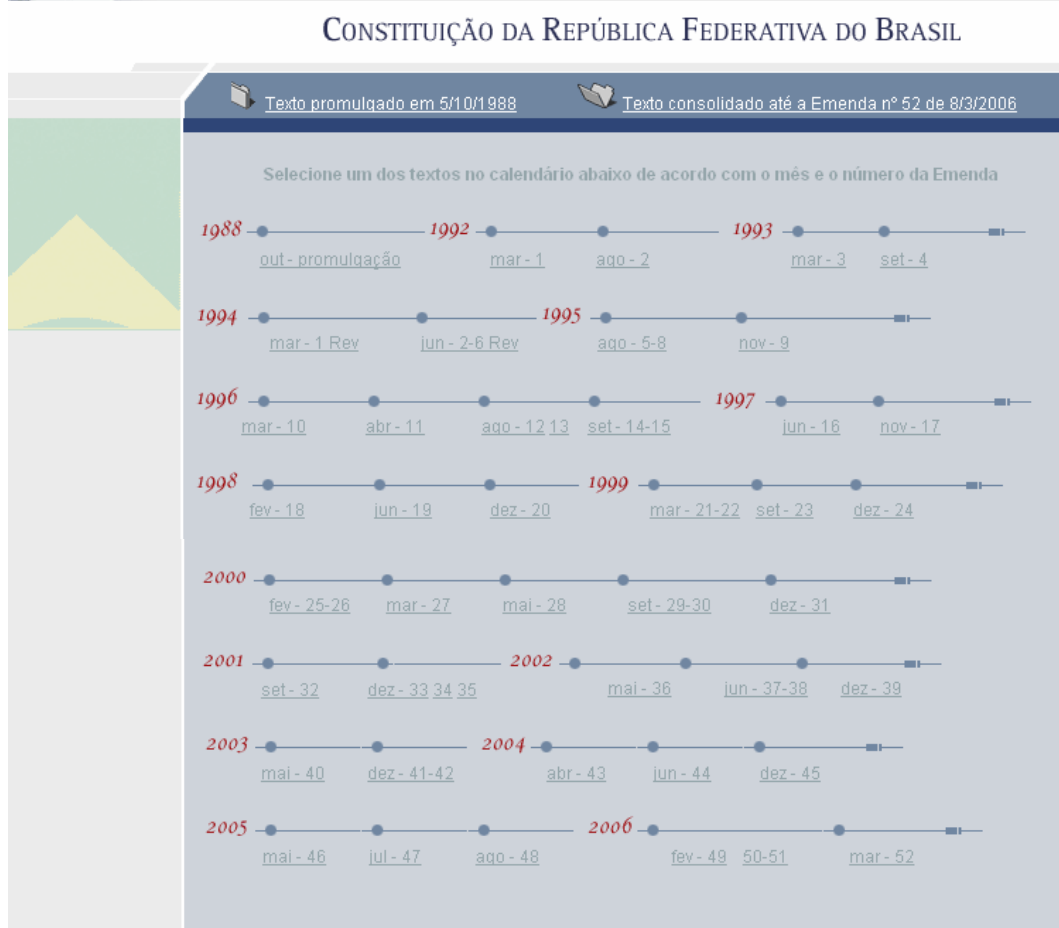
Relatório – Permite ao usuário imprimir um relatório, no formato PDF, de todo o resultado de sua pesquisa.

Este trabalho não tem por objetivo apresentar um manual sobre a utilização do Sicon. Visa simplesmente apresentar as facilidades deste novo sistema de pesquisa que se encontra em permanente desenvolvimento e manutenção. Para maiores informações e consulta ao manual de uso, o usuário pode acessar o endereço eletrônico <http://legis.senado.gov.br/sicon/ajuda/ajuda.html>.

2.4.1 Página da Constituição e Emendas na Internet

A nova página da Constituição da República Federativa do Brasil na página do Senado na Internet foi desenvolvida visando possibilitar a consulta não só ao texto original ou ao texto atual, mas também a qualquer texto consolidado intermediário. Até o momento, o texto constitucional de 1988 já foi alterado 58 vezes, sendo 52 Emendas Constitucionais e 6 Emendas de Revisão.

Figura 7. Página da Constituição Federal no portal do Senado



Como saber, por exemplo, qual era o texto da Constituição em janeiro de 2000? Com a nova sistemática de consulta, torna-se fácil perceber que em janeiro de 2000 a emenda constitucional nº. 24, de 09 de dezembro de 1999, foi a última alteração válida até janeiro de 2000.

Ao selecionar, portanto, “dez-24” na linha do tempo de 1999, pode-se ter acesso ao texto vigente na época. Ainda tomando como referência temporal o mês de janeiro de 2000, ao percorrer o texto da Constituição, é possível ter acesso não só ao texto consolidado, mas também ao histórico de alterações dos artigos. O artigo 14, que trata, da soberania popular, por exemplo, teve as seguintes alterações até a EC nº. 24:

Figura 8. Histórico de alterações do Artigo

Histórico de Alterações do Artigo		
EMR-004 de 07/06/1994		
Dispositivo	Texto Anterior	Alteração
Par. 9	§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.	§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a proibidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.
EMC-016 de 04/06/1997		
Dispositivo	Texto Anterior	Alteração
Par. 5	§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.	§ 5º São O inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos no seis curso meses dos anteriores mandatos e poderão pleito ser reeleitos para um único período subsequente.

Desenvolvida com recursos da família de tecnologias XML, a nova página da Constituição Federal no Senado pode ser acessada no endereço <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>.

3 Conclusão

O presente trabalho teve por objetivo apresentar, de forma sucinta, o amplo leque de fontes de informações legislativas e jurídicas tornadas disponíveis aos cidadãos brasileiros pelo Senado Federal. Não existe a pretensão de esgotar o assunto, nem discutir com maior profundidade os temas abordados, a meta é que este esforço sirva de ponto de partida para aquelas pessoas que necessitam de informações produzidas pelo Senado, mas que não sabem como encontrá-las ou que não conhecem todas as opções de pesquisa que estão ao seu alcance.

Outras possibilidades de busca ainda podem ser apresentadas como, por exemplo, as páginas das comissões ou dos senadores na Internet. Ao final de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, muitas pessoas procuram pelo Relatório Final, sem saber que este pode ser facilmente encontrado, em vários casos, na página do relator ou do presidente da comissão. As *homepages* das comissões tornam disponíveis, ainda, a íntegra das reuniões realizadas, com as notas taquigráficas dos depoimentos e das deliberações. No endereço <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/basesHist/> estão disponíveis as Bases Históricas do Congresso Nacional O APEM – Anteprojetos, Projetos e Emendas da Assembléia Nacional Constituinte de 1988 - contém os projetos e anteprojetos da Constituição elaborados pelas comissões e subcomissões, e as emendas aos mesmos, apresentadas pelos constituintes. O SAIC Sugestão da população brasileira à Assembléia Nacional Constituinte de 1988.

Tudo isso necessita, porém, de certa familiaridade com a página do Senado na Internet, o que advém de trabalhos como o que ora se pretende e da disposição do usuário em navegar pelos diversos caminhos e trilhas do portal do Senado. Se “navegar é preciso”, como já afirmava Fernando Pessoa, buscou-se aqui a construção de um instrumento de precisão que auxilie os navegadores em sua jornada pela busca da informação pertinente.

4 Referências bibliográficas

ANDRADE, Auro Moura. Novos caminhos. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 1, n. 1, jan./mar. 1964.

AZEVEDO, Márcia Maria Corrêa de. *Supply chain* da informação legislativa no Senado Federal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 38, n. 149, jan./mar. 2001, p. 61-70.

PASSOS, Edilenice Jovelina Lima. O Controle da Informação Jurídica no Brasil: a contribuição do Senado Federal. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 363-368, set./dez. 1994.